

Secretaria de Documentação Equipe de Documentação do Legislativo

Justificativa - PL 0373/2014

Em 2001, a cidade de São Paulo apresentava urna perversa dicotomia: se por um lado era uma das cidades com maior diversidade de serviços, por outro, estes estavam concentrados em regiões centrais e parcela significativa da população que se encontrava na periferia não os acessava.

O governo do PT assume a prefeitura da cidade de São Paulo entre 2001 e 2004, tendo como principal diretriz "combater a pobreza e a exclusão social". Com esta diretriz, a reflexão realizada apoia-se na concepção da qual a cidade não se preparava para receber pessoas cujo estereótipo não era o de cidadão padrão. Refletia-se o isolamento das periferias e ausência do poder público em algumas regiões. É no interior de tais reflexões que começa a nascer o projeto CEU.

Criados pelo decreto 42.832, de 6 de fevereiro de 2003, os CEUS se pretendiam um espaço de educação inclusiva, de formação permanente e de humanização das relações sociais. Os locais para a construção dos 45 CEUs foram prospectados com base no Mapa de Exclusão Social, da Pesquisadora Aldaíza Sposati, e com o diálogo nas comunidades.

Os CEUS se norteavam por quatro grandes objetivos: promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos; ser polo de desenvolvimento da comunidade e de experiências educacionais inovadoras e fomentar o protagonismo infanto-juvenil.

O CEU por definição é um projeto ambicioso, que saiu da esfera de uma política de governo para se tornar uma política pública de Estado, como podemos ver em sua sobrevivência mesmo durante governos não afinados com sua concepção. No governo petista de 2001, só foi possível a construção dos primeiros 21 CEUs, os outros 24 foram construídos pela gestão seguinte (ainda que com modificações profundas no projeto original).

Entretanto, para a plena realização de sua vocação o CEU precisa dispor de alguns aspectos ainda não realizados, e um deles está na questão de certo grau de autonomia financeira. É compreensível que não é da governabilidade do CEU gerir contratos de grande porte, porém é fundamental que a gestão do CEU. por meio de seus colegiados (Conselho Gestor e APMSUAC), tenha autonomia para gerenciar parte dos recursos e que possa investilos em projetos na área da Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Com a consolidação desses projetos, é possível viabilizar o acesso a serviços antes negados a população mais carente, fortalecendo a rede de proteção social.

Para melhor compreensão, é similar aos recursos que as Unidades Escolares administram para realização de seus projetos políticos pedagógicos e para pequenas reformas (PDDE - verba federal e PTRF - verba municipal). Neste sentido, o CEU não é diferente na medida em que necessita adquirir materiais específicos (patrimoniais e de consumo), realizar pequenos reparos e contratar pequenos serviços.

Com retorno do PT ao governo e o horizonte da construção de mais 20 equipamentos, esta se torna uma preciosa oportunidade para o fortalecimento do projeto, efetivando-o como uma política pública inovadora e vigorosa da Cidade de São Paulo.

Publicado no Diário Oficial da Cidade em 20/08/2014, p. 101

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site <u>www.camara.sp.gov.br</u>.